

SUMÁRIO

PORTUGUÊS	9
→ ORTOGRAFIA — CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	9
→ FATOS DA LÍNGUA PORTUGUESA (PORQUE, POR QUE, PORQUÊ E POR QUÊ; ONDE, AONDE E DONDE; HÁ E A ETC.).....	10
→ ACENTUAÇÃO.....	11
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	11
→ SUBSTANTIVO	13
→ ADJETIVO	14
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	16
→ QUESTÕES VARIADAS DE VERBO.....	17
→ ADVÉRBIO	18
→ PREPOSIÇÃO.....	19
→ CONJUNÇÃO.....	20
→ INTERJEIÇÃO	22
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	22
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS	23
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO.....	24
→ POLISSEMIA	25
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	26
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO.....	28
→ SUJEITO	30
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS	30
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS	31
→ ORAÇÕES REDUZIDAS	31
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES ETC.)	33
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	34
→ CRASE.....	36
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	37
→ VOZES (VOZ PASSIVA E VOZ ATIVA).....	38
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES — PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES ETC.)	39
→ LINGUAGEM FORMAL E INFORMAL	40
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	41

→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	42
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	54
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	55

RACIOCÍNIO LÓGICO 61

→ ESTATÍSTICA - PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	61
→ ESTATÍSTICA - PROBABILIDADE CONDICIONAL	62
→ ESTATÍSTICA - PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO	62
→ ESTATÍSTICA - PROBABILIDADE DA UNIÃO	63
→ MATEMÁTICA - NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO ETC).....	63
→ MATEMÁTICA - INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	64
→ MATEMÁTICA - PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS ..	65
→ MATEMÁTICA - REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	66
→ MATEMÁTICA - REGRA DE TRÊS COMPOSTA	67
→ MATEMÁTICA - EXERCÍCIOS ENVOLVENDO VELOCIDADE, ESPAÇO, TEMPO.....	68
→ MATEMÁTICA - UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC).....	69
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	71
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS)	72
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE.....	74
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES.....	75

LEGISLAÇÃO 79

→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF, DE 1988).....	79
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF, DE 1988).....	81
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF, DE 1988).....	89
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF, DE 1988).....	96
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF, DE 1988).....	100
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (ARTS. 218 E 219 DA CF, DE 1988).....	106
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO (ARTS. 226 A 230 DA CF, DE 1988).....	106
→ DIREITO EDUCACIONAL - DA EDUCAÇÃO E DOS PRINCÍPIOS E FINS DA ED. NACIONAL (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 9.394/1996).....	108
→ DIREITO EDUCACIONAL - DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL (ARTS. 8º AO 20 DA LEI Nº 9.394, DE 1996).....	113
→ DIREITO EDUCACIONAL - DA COMPOSIÇÃO DOS NÍVEIS ESCOLARES (ARTS. 21 AO 38 DA LEI Nº 9.394/1996)	116

→ DIREITO EDUCACIONAL - DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SUPERIOR E ESPECIAL (ARTS. 39 AO 60 DA LEI Nº 9.394, DE 1996).....	121
→ DIREITO EDUCACIONAL - DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ARTS. 61 AO 67 DA LEI Nº 9.394, DE 1996)	122
→ DIREITO EDUCACIONAL - DOS RECURSOS FINANCEIROS (ARTS. 68 AO 77 DA LEI Nº 9.394, DE 1996)	123
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS (ARTS. 78 AO 92 DA LEI Nº 9.394, DE 1996).....	123
→ DIREITO EDUCACIONAL - LEI Nº 13.005, DE 2014 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	124
→ DIREITO EDUCACIONAL - BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)	127
→ DIREITO EDUCACIONAL - LEI Nº 10.639, DE 2003 - HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA.....	128

DIREITOS HUMANOS 133

→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ECA - ARTS. 1º AO 6º).....	133
→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE (ECA - ARTS. 15 AO 18-B)	137
→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DISPOSIÇÕES GERAIS (DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR, ECA, ARTS. 19 AO 24)	138
→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER (ECA - ARTS. 53 AO 59).....	139
→ DIREITOS HUMANOS - CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS.....	143
→ DIREITOS HUMANOS - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH).....	144
→ DIREITOS HUMANOS - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º AO 7º DA LEI Nº 10.741, DE 2003).....	146
→ DIREITOS HUMANOS - DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER (ARTS. 20 AO 25 DA LEI Nº 10.741, DE 2003)	146
→ DIREITOS HUMANOS - DA PROFISSIONALIZAÇÃO E DO TRABALHO (ARTS. 26 AO 28 DA LEI Nº 10.741, DE 2003)	147
→ DIREITOS HUMANOS - DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (ARTS. 33 AO 36 DA LEI Nº 10.741, DE 2003).....	147
→ DIREITOS HUMANOS - DA HABITAÇÃO (ARTS. 37 E 38 DA LEI Nº 10.741, DE 2003)	147
→ DIREITOS HUMANOS - DO TRANSPORTE (ARTS. 39 AO 42 DA LEI Nº 10.741, DE 2003).....	148
→ DIREITOS HUMANOS - TÓPICOS MESCLADOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS (LEI Nº 10.741, DE 2003).....	148
→ DIREITOS HUMANOS - DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO (ARTS. 43 AO 45 DA LEI Nº 10.741, DE 2003)	148
→ DIREITOS HUMANOS - DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO IDOSO (ARTS. 46 AO 68 DA LEI Nº 10.741, DE 2003)	149
→ DIREITOS HUMANOS - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 13.146, DE 2015).....	149
→ DIREITOS HUMANOS - DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO (ARTS. 4º AO 9º DA LEI Nº 13.146, DE 2015).....	152
→ DIREITOS HUMANOS - DO DIREITO À VIDA (ARTS. 10 A 13 DA LEI Nº 13.146, DE 2015).....	154
→ DIREITOS HUMANOS - DO DIREITO À EDUCAÇÃO (ARTS. 27 A 30 DA LEI Nº 13.146, DE 2015)	155
→ DIREITOS HUMANOS - DO DIREITO AO TRANSPORTE E À MOBILIDADE (ARTS. 46 A 52 DA LEI Nº 13.146, DE 2015).....	156
→ DIREITOS HUMANOS - DA ACESSIBILIDADE (ARTS. 53 AO 76 DA LEI Nº 13.146, DE 2015).....	156
→ DIREITOS HUMANOS - DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (ARTS. 77 E 78 DA LEI Nº 13.146, DE 2015).....	156

LEGISLAÇÃO

→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF, DE 1988)

1. (FGV - 2023) Em uma gincana jurídica, os grupos Alfa, Beta e Ômega foram instados a se manifestar sobre o conteúdo dos princípios fundamentais expressamente veiculados no Título I da Constituição da República de 1988. O grupo Alfa defendeu que a forma de Estado adotada foi mencionada no rol desses princípios. O grupo Beta observou que a forma de governo foi objeto de previsão específica. O grupo Ômega, por sua vez, defendeu que o sistema de governo foi expressamente contemplado.

Ao final da gincana, o júri observou, corretamente, em relação às afirmações dos grupos, que:

- a) somente as afirmações dos grupos Alfa e Ômega estavam corretas;
- b) somente as afirmações dos grupos Alfa e Beta estavam corretas;
- c) somente a afirmação do grupo Ômega estava correta;
- d) somente a afirmação do grupo Beta estava correta;
- e) as afirmações de todos os grupos estavam corretas.

2. (FGV - 2013) Ana, Inês e Bruna debateram a respeito dos princípios fundamentais que devem direcionar a República Federativa do Brasil nas relações internacionais. Ana defendia que um desses princípios é o da autodeterminação dos povos, indicativo de que o Brasil, mesmo que divirja das leis locais que apregoem práticas discriminatórias, quaisquer que sejam elas, deve respeitar o domínio reservado de natureza interna, sem formular qualquer juízo de valor. Inês ressaltava que as relações internacionais devem ser direcionadas pelo escalonamento dos Estados soberanos, conforme os paradigmas sociais e econômicos adotados pelo Brasil. Bruna, por sua vez, ressaltou que a concessão de asilo político, ainda que caminhe em norte contrário aos balizamentos estabelecidos pela ordem jurídica de outro Estado soberano, deve direcionar o Brasil nas relações internacionais.

O professor Clovis, ao analisar as afirmações de suas alunas, concluiu, corretamente, à luz da Constituição da República de 1988, que:

- a) todas estão certas;
- b) somente Ana está certa;
- c) somente Bruna está certa;
- d) somente Ana e Inês estão certas;
- e) somente Bruna e Inês estão certas.

3. (FGV - 2021) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si,

- a) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- b) o Legislativo, o Administrativo e o Jurídico.
- c) o Legal, o Executivo e o Judiciário.
- d) o Legal, o Administrativo e o Jurídico.
- e) o Legislativo, o Administrativo e o Judiciário.

4. (FGV - 2021) De acordo com o Art. 3º da Constituição Federal, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil incluem os a seguir listadas, à exceção de um. Assinale-o.

- a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) Garantir o desenvolvimento nacional.
- c) Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- d) Expandir o território por meio de tratados e alianças.
- e) Promover o bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer outras formas de discriminação.

5. (FGV - 2018) Como consequência da precariedade do sistema de educação, da concentração de renda e do déficit habitacional, o processo de exclusão social pode ser evidenciado nos Municípios pelo aumento da população em situação de rua. O poder público encontra grande dificuldade para atuar nesse tema, mas é certo que qualquer política pública adotada deve se pautar pelo respeito ao princípio constitucional fundamental da:

- a) intervenção do Estado no âmbito nacional e em suas relações internacionais, para erradicação da pobreza global;
- b) tutela aos valores sociais do trabalho e da vedação à livre iniciativa, para garantir a soberania do Estado democrático;
- c) dignidade da pessoa humana, considerado o núcleo essencial do constitucionalismo moderno;
- d) proteção aos hipossuficientes, que possuem gratuidade na habitação coletiva, no transporte público e no sistema de saúde;
- e) internação compulsória, como regra, de pessoas que permaneçam em via pública por mais de 48 horas.

6. (FGV - 2017) Enaldo, estudante de direito, leu um alentado livro a respeito da Teoria Geral do Estado e constatou que a forma de Estado adotada pela República Federativa do Brasil é a federação. Ao questionar os seus amigos a respeito de que entes integrariam a federação brasileira e quais as suas características essenciais, recebeu várias opiniões diferentes.

Assinale a única que se compatibiliza com o sistema constitucional brasileiro:

- a) é integrada por União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios e tem como característica a dissolubilidade;
- b) é formada por União, Estados, Distrito Federal e Municípios e tem como característica a indissolubilidade;
- c) pode ser integrada por qualquer Estado ou Município que anua em observar as regras constitucionais;
- d) é formada por União, Estados e Municípios e tem como característica a indissolubilidade;
- e) é integrada por União, Estados, Distrito Federal e Municípios e somente pode ser dissolvida mediante plebiscito.

7. (FGV - 2017) Considerando os fundamentos da República Federativa do Brasil, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

I. A lei que concede às pessoas carentes e aos portadores de deficiência o chamado “passe livre” em transporte interestadual é compatível com o princípio da dignidade da pessoa humana.

II. Uma ordem ilegal, se emanada de autoridade judicial, deve ser cumprida, em respeito ao princípio da soberania do Poder Judiciário.

III. A cidadania, como fundamento da República Brasileira, ressalta a relevância do processo eleitoral no regime democrático brasileiro. IV. O princípio da livre iniciativa, que regula o ambiente econômico brasileiro, prevalece sobre as regras que regulamentam a defesa do consumidor. Assinale a opção que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) F - V - V - F.
- b) F - F - V - V.
- c) V - V - F - F.
- d) V - F - F - V.
- e) V - F - V - F.

8. (FGV - 2015) A respeito da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que ela é formada pela união:

- a) indissolúvel dos Estados e dos Municípios;
- b) indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- c) dissolúvel dos Estados, dos Municípios e dos Territórios;
- d) indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;
- e) dissolúvel dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

9. (FGV - 2015) Lino tinha sérias dúvidas a respeito do que seria uma federação. Para sanar sua dúvida, consultou um experiente professor de Direito, que lhe deu uma explicação convincente a respeito dessa temática. À luz da ordem constitucional brasileira, é correto afirmar que:

- a) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios formam a federação;
- b) a federação é um contrato que une todos os Estados e os Municípios;
- c) a federação sempre apresenta as características da voluntariedade e da dissolubilidade;
- d) a União, os Estados e os Municípios são os entes que formam a federação;
- e) a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios formam a federação.

10. (FGV - 2014) Sobre os Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil, à luz do texto constitucional de 1988, é INCORRETO afirmar que:

- a) a República Federativa do Brasil tem como fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- b) a República Federativa do Brasil tem como objetivos fundamentais: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- c) todo o poder emana do povo, que o exerce unicamente por meio de representantes eleitos.

d) entre outros, são princípios adotados pela República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, os seguintes: a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

e) a autodeterminação dos povos, a não intervenção e a defesa da paz são princípios regeedores das relações internacionais da República Federativa do Brasil.

11. (FGV - 2014) A Constituição Federal estabelece que, em determinadas situações, projetos de lei aprovados pelo legislativo devem ser ratificados pela vontade popular. Essas normas realizam o princípio fundamental da

- a) soberania.
- b) democracia.
- c) participação.
- d) dignidade.
- e) República.

12. (FGV - 2014) Analise as afirmativas a seguir.

I. A soberania, a cidadania e a proteção à propriedade privada constituem fundamentos da República Federativa do Brasil.

II. A República Federativa do Brasil rege-se, em suas relações internacionais, pela autodeterminação dos povos e pela não intervenção.

III. A Constituição da República Federativa do Brasil erige a livre iniciativa como um princípio fundamental.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

13. (FGV - 2014) A Constituição Brasileira de 1988 elenca os princípios que o Brasil deverá observar no seu relacionamento com outros países. As opções a seguir apresentam princípios constitucionais observados nas relações internacionais pelo nosso país, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- a) Repúdio ao terrorismo.
- b) Prevalência dos direitos humanos.
- c) Autonomia nacional.
- d) Não intervenção.
- e) Concessão de asilo político.

14. (FGV - 2014) O art. 1º da Constituição estabelece que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, dentre outros:

- a) a dignidade da pessoa humana;
- b) o voto direto e secreto, obrigatório para os maiores de dezoito anos e facultativo para os maiores de sessenta anos;
- c) a defesa dos direitos do consumidor;
- d) o federalismo vertical hierarquizado entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- e) a supremacia do Poder Executivo.

15. (FGV - 2014) As opções a seguir apresentam Princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- a) Prevalência dos Direitos Humanos.
- b) Autodeterminação dos povos.
- c) Solução impositiva de conflitos.
- d) Igualdade entre os Estados.
- e) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.

16. (FGV - 2014) Assinale a opção que indica um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, segundo a Constituição Federal de 1988.

- a) O repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- b) A dignidade da pessoa humana.
- c) A defesa da paz.
- d) A prevalência dos direitos humanos.
- e) A independência nacional.

17. (FGV - 2013) O Brasil, em suas relações internacionais, deve observar alguns princípios dispostos na Constituição da República, conforme as alternativas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- a) A independência nacional.
- b) A defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos.
- c) A supremacia do interesse público sobre o interesse privado.
- d) O repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- e) A prevalência dos direitos humanos.

18. (FGV - 2013) Os artigos 1º e 3º da Constituição estabelecem os fundamentos e os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Assinale a alternativa que contempla, exclusivamente, previsões constantes naqueles dispositivos.

- a) Soberania, planificação econômica, cidadania, garantir o desenvolvimento nacional e construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) Dignidade da pessoa humana, cidadania, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- c) Pluralismo político, soberania, participação do Estado no desenvolvimento econômico e concessão de asilo político.
- d) Cidadania, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, pluralismo político e defesa intransigente do livre-mercado.
- e) Construir uma sociedade livre, justa e solidária, dignidade da pessoa humana e progressiva adoção do socialismo de mercado.

19. (FGV - 2013) A Constituição de 1988 rompeu com a ordem jurídica anterior, instituindo novos compromissos com a sociedade brasileira. Sobre a "Constituição Cidadã", assinale a afirmativa correta.

- a) O pluralismo político, apesar de desejável, não é princípio fundamental da Constituição democrática, uma vez que não há como exigir dos cidadãos que constituam diversos partidos políticos.
- b) O modelo de separação de poderes adotado no país significa o monopólio da função judicante para o Poder Judiciário, assim como o da função legislativa para o Poder Legislativo.
- c) A Constituição de 1988 fundou um Estado social em que se adota o valor social do trabalho como princípio fundante, não tendo a livre-iniciativa recebido igual tratamento.
- d) A erradicação da pobreza é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

- e) A forma federativa de Estado veda a redução das desigualdades regionais como um dos objetivos do país, uma vez que todos os Estados devem ser tratados com igualdade de direitos.

→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF, DE 1988)

20. (FGV - 2023) Após inúmeras audiências públicas realizadas na Assembleia Legislativa do Estado Alfa, um grupo de deputados estaduais apresentou projeto de lei, que veio a ser aprovado, dando origem à Lei nº XX. De acordo com esse diploma normativo, direcionado à proteção dos animais, era expressamente permitido o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

Irresignado com a permissão de sacrifício estabelecida na Lei nº XX, uma associação de proteção aos animais consultou um advogado a respeito de sua compatibilidade com a ordem constitucional, sendo-lhe corretamente respondido que o referido diploma normativo é:

- a) inconstitucional, pois afronta a competência privativa da União para legislar sobre a proteção da fauna;
- b) constitucional, pois resguarda a liberdade religiosa e o exercício de uma manifestação cultural;
- c) inconstitucional, pois afronta a laicidade do Estado, que não deve se imiscuir em questões religiosas;
- d) constitucional, pois a proteção constitucional é direcionada aos seres humanos, não aos animais;
- e) inconstitucional, pois é vedada a submissão dos animais a qualquer espécie de sofrimento.

21. (FGV - 2023) A Constituição Federal de 1988 (CF/88) teve como prioridade a disposição de uma ampla gama de direitos em seu texto, ficando conhecida como Constituição Cidadã.

Sobre os direitos previstos expressamente na CF/88, assinale a afirmativa **correta**.

- a) Ninguém será submetido à tortura, exceto em caso de estado de sítio.
- b) É livre a manifestação do pensamento, sendo, no entanto, vedado o anonimato.
- c) A prestação de assistência nas entidades de internação coletiva é assegurada, salvo a religiosa.
- d) É garantido o direito de propriedade, tendo como exceção o confisco para reforma agrária.
- e) A criação de associações é livre, desde que autorizadas pelo Poder Executivo.

22. (FGV - 2022) Determinada associação, direcionada ao desenvolvimento psicossocial da pessoa e da família, foi objeto de muitas críticas no âmbito da Secretaria de Apoio Familiar do Estado-membro Alfa. Argumentava-se que diversas atividades desenvolvidas pela associação eram moralmente reprováveis, além de representarem apologia ao crime.

Em razão desses fatos, a assessoria jurídica foi consultada a respeito da possibilidade de a associação ter suas atividades suspensas, sendo respondido, corretamente, que a suspensão alvitrada:

- a) somente seria possível após a condenação em processo administrativo;
- b) somente seria possível por decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado;
- c) não seria possível, pois a liberdade de associação tem estatuto constitucional;

- d) exige decisão transitada em julgado, quer seja proferida em processo administrativo, quer em processo judicial;
- e) exige o julgamento do ilícito em processo administrativo, requisito da ação judicial na qual a suspensão será requerida.

23. (FGV - 2022) Joana inscreveu-se em concurso público destinado ao provimento de determinado cargo efetivo do Estado Beta. Ao ser comunicada da data de realização da avaliação correspondente à segunda fase do certame, percebeu que isto ocorreria justamente em um dia da semana no qual sua religião não permitia a prática de qualquer atividade.

Considerando a forma como a liberdade de religião é tratada pela ordem constitucional, é correto afirmar que Joana:

- a) tem o direito público subjetivo à alteração da data de realização de sua avaliação, qualquer que seja a sua natureza;
- b) pode ter, ou não, a data de realização da avaliação alterada, o que reflete ato discricionário da Administração, que sequer carece de motivação;
- c) não pode ser autorizada a realizar a prova em data distinta, já que a laicidade do Estado impede que os praticantes de uma religião sejam privilegiados;
- d) pode vir a ter alterada a data da avaliação, desde que presentes a razoabilidade, a preservação da igualdade e não haja ônus desproporcional para a Administração.

24. (FGV - 2022) Ernesto, motorista profissional, em fatídico evento, praticou homicídio culposo na direção do caminhão que conduzia. Ao fim do processo penal, veio a ser condenado, com base na legislação vigente, à pena alternativa de pagamento de prestação pecuniária e à proibição de dirigir veículo automotor por dois anos. Considerando que Ernesto possui família a sustentar, é correto afirmar, à luz da sistemática constitucional, que:

- a) o direito ao exercício da profissão de motorista profissional se enquadra na perspectiva da dignidade humana, logo, não poderia ser restringido;
- b) a proibição de dirigir veículo automotor é legítima, considerando o objetivo de proteger bens jurídicos relevantes de terceiros, como vida e integridade física;
- c) a aplicação da penalidade de proibição de dirigir veículo automotor afronta o princípio da individualização da pena, por não ter considerado a condição pessoal de Ernesto;
- d) a ponderação de interesses não pode gerar a ineficácia de um dos princípios envolvidos, sendo ilícita a proibição imposta a Ernesto ao eliminar o conteúdo essencial do direito.

25. (FGV - 2022) João, Diretor da Unidade Prisional XX, consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de ser prestada assistência religiosa aos presos da referida unidade, o que, a seu ver, seria muito relevante para o bem-estar dos presos.

A assessoria respondeu corretamente que essa assistência

- a) deve ser assegurada nos termos da lei.
- b) não pode ser disponibilizada, pois afronta a liberdade religiosa do preso.
- c) somente pode ser prestada em termos educativos, sem proselitismo religioso.
- d) não pode ser disponibilizada, pois afronta a proibição de que o Estado apoie uma religião.
- e) somente pode ser assegurada se houver deliberação nesse sentido dos presos, por maioria simples.

26. (FGV - 2022) Maria foi convocada, pelo poder público, para desempenhar determinada atividade de interesse coletivo prevista em lei, uma única vez, em determinado dia da semana. De

posse do instrumento de convocação, compareceu à repartição e comunicou que não iria participar da referida atividade, que considerava injustificável à luz da razão humana, afrontando, com isso, a filosofia racionalista da qual era prosélita.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Maria agiu de maneira:

- a) lícita, mas deve cumprir prestação alternativa prevista em lei, sob pena de ter os direitos políticos suspensos em caso de recusa;
- b) lícita, mas somente se a lei prever uma prestação alternativa passível de ser cumprida, caso contrário, deve sofrer as sanções previstas em lei;
- c) ilícita, pois a objeção de consciência deve estar lastreada em crença religiosa, não em convicção filosófica, estando sujeita às sanções cominadas em lei;
- d) lícita, desde que a lei que instituiu a obrigação preveja expressamente a faculdade de não ser cumprida, daí decorrendo a incidência das sanções cominadas;
- e) ilícita, pois a recusa em cumprir obrigação legal a todos imposta, em qualquer caso, afronta a isonomia, devendo ser privada de sua cidadania nas acepções ativa e passiva.

27. (FGV - 2022) João, policial militar, recebeu comunicação da corporação, pelo rádio, no sentido de que deveria comparecer à casa de Antônio e ali cumprir uma diligência.

À luz da sistemática constitucional, João:

- a) somente pode ingressar na casa de Antônio com o seu consentimento, inexistindo exceção constitucional para a inviolabilidade do domicílio;
- b) por ser policial, pode ingressar na casa de Antônio, ainda que sem o seu consentimento, desde que durante o dia, vedada qualquer atividade noturna;
- c) pode ingressar na casa de Antônio, sem o seu consentimento, entre outras situações, no caso de desastre ou, durante o dia, por determinação judicial;
- d) pode ingressar na casa de Antônio, ainda que sem o seu consentimento, durante o dia ou à noite, mediante determinação judicial;
- e) somente pode ingressar na casa de Antônio, sem o seu consentimento, mediante determinação judicial e desde que durante o dia.

28. (FGV - 2022) João foi condenado, em processo penal, (1) à pena de prestação de serviços à comunidade; (2) à pena de multa; (3) à obrigação de ressarcir, no valor mínimo indicado, o dano causado à vítima; e (4) ao perdimento dos bens indicados.

Antes de cumprir o disposto na sentença, que transitara em julgado, João faleceu. Nesse caso, é correto afirmar, em relação a seus herdeiros que, observados os requisitos exigidos, lhes serão transmitidos aqueles efeitos referidos em

- a) 2, 3 e 4, apenas.
- b) 3 e 4, apenas.
- c) em 1, 2, 3 e 4.
- d) 1 e 3, apenas.
- e) 1 e 2, apenas.

29. (FGV - 2022) A Lei nº XX, do Estado Alfa, foi editada com o objetivo de disseminar responsabilidade no manejo dos recursos administrativos pela população em geral, o que se devia à alarmante estatística de que 90% das irrisignações eram infundadas. Para tanto, exigiu que, nos processos administrativos em que ocorresse a aplicação de multa aos administrados, a admissibilidade do recurso estava condicionada ao depósito prévio de 50% do valor da penalidade.

Irresignada com o teor da Lei nº XX, a Associação dos Comerciantes do Estado Alfa consultou um(a) advogado(a) a respeito da sua compatibilidade com a ordem constitucional, sendo-lhe respondido, corretamente, que o referido diploma normativo é

- inconstitucional, pois os processos administrativos são direcionados aos atos internos da Administração Pública, não podendo resultar em penalidades aos administrados.
- constitucional, caso o referido diploma normativo tenha assegurado a possibilidade de o depósito prévio ser substituído pelo arrolamento de bens.
- constitucional, pois compete aos Estados legislar sobre o processo administrativo estadual e a medida se ajusta ao princípio da proporcionalidade.
- inconstitucional, na medida em que o depósito prévio, nos recursos administrativos, afronta a gratuidade inerente ao direito de petição.
- constitucional, pois compete ao Estado instituir taxas e outras exações tributárias pelos serviços que presta.

30. (FGV - 2022) Joana, jovem e renomada escritora de livros infantis, faleceu. O mais velho dos seus herdeiros, com 18 anos de idade, preocupado com a situação dos livros, que geravam uma elevada renda para Joana, questionou um advogado a respeito da proteção constitucional oferecida a direitos dessa natureza.

O advogado respondeu, corretamente, que o direito de utilização, publicação ou reprodução das obras de Joana pertence:

- de modo exclusivo e em caráter perpétuo, aos herdeiros;
- de modo exclusivo e pelo tempo que a lei fixar, aos herdeiros;
- ao poder público, não aos herdeiros, que têm assegurado o direito de participação nos lucros obtidos;
- ao público em geral, não aos herdeiros, que têm assegurado o direito de participação nos lucros obtidos;
- aos herdeiros, ao poder público e ao público em geral, assegurando-se aos primeiros o direito de participação nos lucros.

31. (FGV - 2022) Maria, servidora pública estadual com remuneração de 15 mil reais, necessita averbar seu tempo de contribuição na iniciativa privada junto ao órgão estadual onde está lotada. Necessita também cadastrar seu marido como seu beneficiário junto ao mesmo órgão.

A fim de esclarecer essas situações de interesse pessoal, requereu certidão de tempo de contribuição ao INSS, bem como requereu nova via de sua certidão de casamento junto ao delegatário do Registro Civil de Pessoas Naturais (cartório extrajudicial).

Diante desse cenário e à luz da Constituição Federal de 1988, Maria

- terá que recolher taxa para a expedição de ambas as certidões.
- terá que recolher taxa apenas para a expedição da certidão de tempo de contribuição pelo INSS.
- terá que recolher taxa apenas para a expedição de uma nova via de sua certidão de casamento.
- terá que requerer gratuidade para a expedição da certidão de tempo de contribuição pelo INSS, a ser concedida mediante ato discricionário do chefe da repartição.
- não terá que recolher taxa para a expedição das certidões.

32. (FGV - 2022) As lentas conquistas humanitárias ao longo dos séculos quanto aos tipos de penas aplicáveis às pessoas humanas tiveram influência sobre uma série de Constituições ao redor do mundo.

A esse respeito, no Brasil, à luz da Constituição Federal de 1988, analise os itens a seguir.

I. É absolutamente vedada a pena de morte.

II. É absolutamente vedada a condenação a pena de prisão perpétua.

III. É absolutamente vedada a pena de banimento.

Está **correto** o que se afirma em

- I, apenas.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.
- I, II e III.

33. (FGV - 2022) O prefeito do Município Beta decidiu realizar uma série de obras públicas em uma região pouco habitada do Município, o que gerou grande desconfiança da população. João, cidadão politicamente engajado, após uma apuração particular, descobriu que a maior parte das terras, localizadas no entorno da localidade que receberia as obras, pertencia a familiares do prefeito. Com as obras, as terras teriam grande valorização.

Irresignado com essa situação, João decidiu ajuizar uma ação para impedir a concretização desse objetivo.

Ao questionar o seu advogado a respeito de que ação seria essa, foi-lhe **corretamente** informado que João deve ajuizar um(a):

- ação popular;
- ação civil pública;
- interdito de obra nova;
- representação interventiva;
- mandado de segurança coletivo.

34. (FGV - 2022) O sigilo telemático é direito fundamental estabelecido no Art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal de 1988. O avanço nos meios de comunicação provocou transformações no âmbito de proteção deste direito, bem como a respeito de eventual afastamento de tal direito em casos concretos.

A esse respeito, assinale a afirmativa **correta**.

- O provedor de Internet pode ser compelido a fornecer o registro de acesso a aplicações de Internet, desde que presentes fundados indícios da ocorrência de ilícito, justificativa motivada da utilidade dos registros solicitados para fins de investigação ou instrução probatória e o período ao qual se referem os registros.
- A disseminação de notícia falsa por meio de redes sociais não está abrangida pela liberdade de expressão. Todavia, diante da ausência de previsão legal específica, os tribunais não podem determinar sua remoção, conforme entendimento firmado pelo STF em sede de repercussão geral.
- Cláusula contratual firmada em contrato de fornecimento de serviço de acesso à Internet pode afastar o sigilo de comunicações privadas pela Internet, desde que seja escrita e com visto específico.
- O usuário tem direito à inviolabilidade e ao sigilo de suas comunicações pela Internet, salvo por ordem judicial ou autoridade administrativa, neste último caso, na forma de regulamento expedido pela ANATEL.
- O sigilo telemático não engloba a proteção a conversas ocorridas em aplicativos de mensagens.

35. (FGV - 2021) A República Federativa do Brasil celebrou uma convenção internacional sobre direitos humanos, que foi devidamente aprovada pelo Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

A convenção internacional assim aprovada é equivalente a:

- emenda constitucional;
- lei complementar;
- ato supraplegal;

- d) lei ordinária;
- e) decreto.

36. (FGV - 2021) Determinado deputado federal tencionava apresentar projeto de lei no qual estabelecia requisitos diferenciados em relação a homens e mulheres que desejassem ter acesso a certos serviços públicos. Antes de encaminhar o projeto, solicitou o parecer de sua assessoria jurídica, a qual lhe respondeu, corretamente, que a referida proposição:

- a) não afrontaria a ordem constitucional se invocada e demonstrada a incidência da “teoria do impacto desproporcional”, indicando que a igualdade formal causaria maior impacto em um grupo historicamente excluído;
- b) afrontaria a ordem constitucional, pois a construção da igualdade material, a partir de ações afirmativas, não poderia estar lastreada em distinções de sexo, somente autorizadas nas situações previstas pelo Constituinte;
- c) não afrontaria a ordem constitucional, pois as desigualdades sedimentadas pelo Estado Liberal clássico têm sido superadas pelas ações afirmativas típicas do Estado Social contemporâneo;
- d) afrontaria a ordem constitucional, pois as concepções de igualdade formal e de igualdade material devem apresentar permanente sobreposição, o que impediria a diferenciação pretendida;
- e) não afrontaria a ordem constitucional, já que todo tratamento diferenciado está lastreado na existência de uma “discriminação reversa”, buscando construir a igualdade material.

37. (FGV - 2021) A associação de moradores do Bairro Alfa passou a defender posturas consideradas juridicamente ilícitas pelo Poder Executivo do Município Beta, sendo que essa conclusão se mostrava correta considerando a legislação municipal. À luz dessa constatação e após regular processo administrativo, o prefeito municipal decidiu pela dissolução compulsória da referida associação.

Essa decisão se mostra:

- a) ilícita, pois a dissolução compulsória de associações somente pode ser determinada por decisão judicial, sendo exigido o trânsito em julgado;
- b) lícita, pois, uma vez observado o devido processo legal, o Poder Executivo pode decidir pela dissolução compulsória da associação;
- c) lícita, desde que tenha sido observado o devido processo legal e realizado o prévio chamamento público da coletividade;
- d) ilícita, pois a ordem constitucional veda, em termos peremptórios, a dissolução compulsória de associações;
- e) ilícita, desde que a sanção de dissolução compulsória tenha sido cominada pela legislação municipal.

38. (FGV - 2021) Em razão de situação de iminente perigo público, certa autoridade pública utilizou durante dois dias um terreno pertencente a João, o que não acarretou qualquer dano à propriedade, já que nada existia no local.

À luz da sistemática constitucional, a conduta da autoridade pública foi:

- a) ilícita, pois não foi antecedida de indenização;
- b) lícita, não sendo devida qualquer indenização;
- c) lícita, desde que João seja indenizado em até trinta dias;
- d) lícita, desde que João tenha expressamente concordado com o uso;
- e) ilícita, pois não foi antecedida de autorização legislativa e de indenização.

39. (FGV - 2021) João, que possuía um programa de rádio, fez uma narrativa extremamente ofensiva à reputação profissional de Maria, que tinha grande reconhecimento junto à coletividade em razão de sua atuação como contadora.

Ao tomar conhecimento dos fatos, Maria procurou o seu advogado e foi informada corretamente de que seria possível postular em juízo, de acordo com a sistemática constitucional:

- a) apenas a condenação penal de João, em razão da possível prática de crime contra a honra;
- b) o direito de resposta ou, alternadamente, a indenização por dano material, moral ou à imagem;
- c) apenas o direito de resposta, que afasta o dever de reparação de um dano causado em programa de rádio;
- d) o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
- e) apenas a indenização por dano moral ou à imagem, que não pode ser cumulada com a indenização por dano material.

40. (FGV - 2021) Jociele e suas amigas organizaram uma reunião, a ser realizada na semana seguinte, na praça pública do Município Beta, com o objetivo de apresentar uma pauta de reivindicações para a melhoria do ensino municipal. Como essa foi a primeira reunião popular a ser marcada na história do Município, ela foi muito celebrada pela população.

A reunião, para ser realizada:

- a) deve ser autorizada pelo Ministério Público;
- b) deve ser autorizada pelo prefeito municipal;
- c) independe de aviso e de autorização, caso seja organizada por associação;
- d) independe de autorização, exigindo-se apenas aviso prévio à autoridade competente;
- e) deve ser comunicada ao prefeito municipal e autorizada pela Secretaria de Segurança Pública.

41. (FGV - 2021) Maria foi intimada de decisão proferida em processo administrativo, no qual fora condenada a pagar uma multa.

No formulário da notificação, encontrava-se impressa a informação de que a lei de regência exigia a realização de depósito prévio, em valor correspondente a 50% da multa aplicada, como requisito de admissibilidade do recurso administrativo que viesse a ser interposto.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a exigência de depósito prévio é

- a) constitucional, já que a garantia do juízo, mesmo no plano administrativo, está prevista na ordem constitucional.
- b) constitucional, desde que esteja em harmonia com a norma geral editada pela União a respeito da temática.
- c) inconstitucional, exclusivamente por não excepcionar a hipótese de Maria ser hipossuficiente.
- d) constitucional, pois os requisitos dos recursos administrativos devem ser definidos em lei.
- e) inconstitucional, pois compromete o exercício do direito de petição.

42. (FGV - 2020) João, oficial de justiça, recebeu determinação judicial para que procedesse à busca e apreensão de determinado objeto que estava no interior da residência de Antônio.

À luz dos balizamentos estabelecidos exclusivamente na sistemática constitucional e partindo-se da premissa de que foram cumpridas as exigências da lei processual, João:

- a) pode cumprir o mandado em qualquer horário do dia ou da noite, independentemente do dia da semana;
- b) precisa cumprir o mandado durante o dia, independentemente do dia da semana;

- c) pode cumprir o mandado em qualquer horário do dia ou da noite, mas apenas em dias úteis;
- d) precisa ingressar na residência de Antônio com o consentimento deste último;
- e) deve cumprir o mandado durante o dia e em dias úteis.

43. (FGV - 2019) A República Federativa do Brasil celebrou tratado internacional sobre Direitos Humanos. A respeito da incorporação desse tratado à ordem jurídica interna, é correto afirmar, considerando a sistemática estabelecida na Constituição da República, que ele equivalerá

- a) sempre à lei ordinária.
- b) sempre à lei complementar.
- c) sempre à emenda constitucional.
- d) a emenda constitucional, se cada Casa do Congresso aprová-lo, em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros.
- e) a emenda constitucional, se cada Casa do Congresso aprová-lo, em dois turnos, por dois terços dos votos dos membros.

44. (FGV - 2019) Enquanto Pedro estava praticando um crime de furto em um carro localizado na rua, Antônio, que morava na casa da frente, contactou o seu advogado e perguntou quem poderia prendê-lo.

À luz da sistemática afeta aos direitos e garantias constitucionais, o advogado respondeu corretamente que, naquele instante, Pedro

- a) apenas poderia ser preso por ordem do Delegado de Polícia.
- b) apenas poderia ser preso pelo proprietário do veículo.
- c) apenas poderia ser preso se houvesse ordem judicial.
- d) poderia ser preso por qualquer do povo.
- e) apenas poderia ser preso pela polícia.

45. (FGV - 2019) Após tomar conhecimento da prática de determinada conduta, de grande lesividade social, mas que não era considerada crime pela legislação penal, os órgãos competentes da União aprovaram a Lei nº XX/2019, dispondo, ainda, que ela se aplicaria aos fatos ocorridos nos doze meses anteriores à sua vigência.

À luz da sistemática constitucional, a Lei nº XX/2019:

- a) somente será incompatível com a Constituição da República de 1988 caso não assegure o perdão judicial àqueles que praticaram condutas em momento anterior à sua vigência;
- b) é incompatível com a Constituição da República de 1988, pois somente condutas que configurem crimes inafiançáveis podem ser alcançadas por lei posterior mais gravosa;
- c) é incompatível com a Constituição da República de 1988, pois somente poderia retroagir caso se limitasse a ampliar as penas dos crimes já existentes;
- d) é incompatível com a Constituição da República de 1988, pois não poderia retroagir para considerar crimes condutas anteriores à sua vigência;
- e) é compatível com a Constituição da República de 1988, pois compete à lei indicar as condutas que se enquadram em seus comandos.

46. (FGV - 2019) Determinado tratado internacional de proteção aos direitos humanos foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, pela unanimidade dos seus membros.

À luz da sistemática constitucional, o tratado internacional assim aprovado ingressará na ordem jurídica interna com a natureza de:

- a) decreto;
- b) lei ordinária;
- c) lei complementar;
- d) medida provisória;
- e) emenda constitucional.

47. (FGV - 2019) Com vistas a permitir que as pessoas se defendam do crescimento vertiginoso da violência na Cidade Alfa, algumas dezenas de pessoas decidem criar, com esse objetivo social, a Associação Beta. Foram estabelecidos como requisitos, para o ingresso na associação, que a pessoa tivesse direito ao porte de arma, que seria usada diariamente nas atividades internas e externas dos associados, e aceitasse vestir o uniforme da associação.

Considerando a sistemática constitucional, a Associação Beta:

- a) não poderia funcionar, em razão do seu nítido caráter paramilitar;
- b) só poderia funcionar mediante prévia autorização do Poder Público;
- c) poderia funcionar independentemente de prévia autorização, pois é assegurada a liberdade de associação;
- d) não poderia funcionar, pois a ordem constitucional atualmente não reconhece o direito de associação;
- e) só poderia funcionar caso fosse previamente editada lei disciplinando o funcionamento de associações como essa.

48. (FGV - 2018) Alguns moradores do Bairro Delta criaram uma associação com o objetivo de defender os seus interesses. Em razão dos excessos praticados por certos integrantes dessa associação, moradores do Bairro Alfa procuraram um advogado e solicitaram informações sobre a possibilidade de ela vir a ser dissolvida compulsoriamente.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a dissolução compulsória da referida associação é possível:

- a) apenas por decisão judicial transitada em julgado;
- b) apenas por deliberação dos moradores do Bairro Delta;
- c) por decisão judicial ou administrativa;
- d) apenas por deliberação dos moradores que a criaram;
- e) apenas por decisão administrativa.

49. (FGV - 2018) Pedro ajuizou uma ação em face de João e se saiu vitorioso, sendo-lhe atribuído certo bem. Anos depois, quando já não mais era cabível qualquer recurso, ação ou impugnação contra a decisão do Poder Judiciário, foi editada uma lei cuja aplicação faria com que o bem fosse atribuído a João.

À luz da sistemática constitucional, o referido bem deve:

- a) permanecer com Pedro, por força da garantia do ato jurídico perfeito;
- b) ser transferido a João, com a base no princípio da eficácia imediata da lei;
- c) permanecer com Pedro, por força da garantia do direito adquirido;
- d) ser transferido a João, salvo se a lei estabelecer regra de transição;
- e) permanecer com Pedro, por força da garantia da coisa julgada.

50. (FGV - 2018) Peter, cidadão alemão casado com Maria, cidadã brasileira, veio a falecer deixando diversos bens no território brasileiro. Tão logo ocorreu o óbito, Maria, cônjuge sobrevivente, procurou um advogado e solicitou informações a respeito da lei que regularia a sucessão, se seria a brasileira ou a alemã.